

# Ilustração, história e ecletismo: considerações sobre a forma eclética de se aprender com a história no século XVIII

Illustration, history and eclecticism: appreciations about the eclectic form to learn with history in XVIII<sup>th</sup> century

---

**Ana Rosa Clochet da Silva**

Professora Adjunta

Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

clochet@ig.com.br

Rodovia Dom Pedro I, Km 136 - Parque das Universidades

Campinas - SP

13086-900

Brasil

---

## Resumo

Nas reflexões que seguem, pretende-se tecer algumas correlações entre o perfil assumido pela *ilustração portuguesa*, desde meados do Setecentos, o tratamento dispensado por seus protagonistas às *questões de método* e a forma como estas articulam-se a uma dada *concepção da História* que, de disciplina subsidiária ao ramo da Filosofia, vai assumindo papel crucial na tarefa imposta à geração seguinte ao consulado pombalino: aquela que primava pelo aprendizado com o passado, na tentativa de reverter os males atravessados por Portugal e salvaguardar a integridade imperial.

75

## Palavras-chave

Ecletismo; Reformismo; Historiografia.

## Abstract

In the following article it is drawn some correlations among: (1) the peculiarity of Portuguese enlightenment since the middle of 18<sup>th</sup> century; (2) the approach applied to its member to questions of method and (3) the articulations of these questions to the conception of History that, from a subsidiary branch of Philosophy will assume a central role in the task self imposed to the generation that follow the "consulado pombalino". To this generation it was necessary to learn from the past in order to overcome the Portuguese crisis and safeguard the integrity of the Empire.

## Keyword

Eclecticism; Reformism; Historiography.

---

Enviado em: 07/06/2010

Autora convidada

O século XVIII europeu assistiu à mais intensa transformação mental da época moderna. Denominado *Iluminismo*, este fenômeno de repercussão em todo o ocidente europeu e nas colônias americanas rejeitou sempre definições precisas, seja pelas suas origens esparsas, seja pelas especificidades das circunstâncias históricas que o viram nascer, ou ainda pelas profundas divisões que separam aqueles que se definiam *filósofos*, num mesmo espaço cultural. Por isso, embora tradicionalmente identificado a um ambicioso programa de secularização, humanidade, cosmopolitismo e liberdade (HAZARD, 1946), a partir do qual os filósofos identificavam-se como indivíduos de livre pensar, portadores de uma “missão a cumprir” – o esclarecimento e a difusão de “verdades úteis”, capazes de impulsionar a sociedade rumo ao progresso (GAY, 1969, 322-323) – este fenômeno do Setecentos revelou-se plural, destituído de qualquer suposto caráter de uniformidade, harmonia e unilateralidade (OUTRAM, 1995; ISRAEL, 2006; CARVALHO, 2008), comportando desde um sentido revolucionário – inaugurado pelos “homens de 1789” e que fundamentou as experiências liberais e democráticas modernas (ISRAEL, 2009) – até a possibilidade histórica do *Reformismo*, sendo este o resultado de sua assimilação nos países católicos e de regimes absolutistas, como era o caso de Portugal (FALCON, 1986).

Em qualquer dos casos, contudo, as nuances não ofuscam a imposição de algumas questões de ordem geral, que configuraram os respectivos programas reformistas ou revolucionários, de cada governo. Dentre elas – e desde seus primórdios –, o compromisso com uma *atitude pragmática* em relação ao conhecimento, impondo a sistematização dos novos valores e conhecimentos da natureza, bem como a urgente reforma do *ensino público*, de modo a impulsionar a descoberta e veiculação de “verdades úteis”. Deriva daí a preocupação presente “desde os filósofos e literatos até aos governos” em esboçar novos *sistemas pedagógicos*,<sup>1</sup> bem como a fundação de diversas instituições científicas, como Escolas e Academias, consolidando, simultaneamente, o “pragmatismo científico” e o “estatismo” de sua produção.

No bojo destas reformas, as *questões de método* tornavam-se essenciais ao que se tinha por um adequado processo de ordenamento, sistematização e transmissão dos conhecimentos, preocupação registrada na *Encyclopédie*, editada por d’Alembert e Diderot, no ano de 1751. Na obra considerada síntese do pensamento ilustrado, o verbete “Méthode” era definido como “a ordem que se segue para achar a verdade, ou para ensiná-la (...); a maneira de chegar à meta pela via mais conveniente”, sendo portanto “essencial a todas as ciências, sobretudo à filosofia”.<sup>2</sup> E aqui, aliada à ênfase numa epistemologia *empirista*,

<sup>1</sup> A fonte de todos os pedagogistas do século XVIII esteve em Locke que, em 1690, publica seu *Ensaio sobre o Entendimento humano* e logo em 1693, *Alguns pensamentos sobre a Educação das crianças*. (Teófilo Braga. *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a Instrução Pública Portuguesa*. Lisboa: Typ. da Academia Real das Sciencias, 1898, tomo III, pp. 118-119).

<sup>2</sup> Esta concepção do método está presente na própria preocupação dos autores em acrescentarem, à ordem alfabética, um prefácio com uma “árvore do conhecimento”, uma organização filosófica que está presente, também, nos princípios de Bacon, Descartes, etc. Os artigos na *Encyclopédie* continham, assim, referência que os localizava na árvore, ainda que isso não fosse muito útil para organizar a leitura. (DIDEROT e D’ALEMBERT, “Discurso Preliminar”, in *Enciclopédia ou Dicionário Raciocinado das*

no caráter *experimentalista* e *prático* da elaboração do conhecimento, a metodologia de ensino preconizada pelos literatos franceses aparecia eivada de profundo *eclétismo*, concebido como “método” capaz de produzir um saber consistente a partir de verdades diversas, submetidas ao crivo da razão e da crítica. É o próprio Diderot, autor do verbete “*Eclétisme*” da *Encyclopédie*, quem assim o define:

O eclético é um filósofo que, calcando aos pés o preconceito, a tradição, a antiguidade, o consenso universal, a autoridade, numa palavra, tudo o que subjuga a multidão dos espíritos, ousa pensar por si próprio, regressar aos mais claros dos princípios gerais, examiná-los, discuti-los, nada admitir senão perante o testemunho da sua experiência e da sua razão; e a partir de todas as filosofias que analisou sem qualquer parcialismo ou deferência, fazer para si próprio uma filosofia particular e doméstica que lhe pertence... (“Eclétismo”, in *Enciclopédia*, 1989).

Na sua auto-definição, é ainda esta a concepção apregoada por Voltaire, quando afirmava: “sempre fui eclético; tomei de todas as seitas, aquilo que se me afigurou mais verossímil”. (HAZARD, 1946, 125-126)

\*

77

Se a reforma dos sistemas de ensino pautada na concepção metodológica assinalada era uma premência no país onde as idéias do século assumiram um curso revolucionário, naqueles de regimes absolutistas e fortemente católicos, apresentaram-se como um baluarte primordial no processo de secularização da sociedade. É neste sentido que o período do governo de Sebastião José de Carvalho e Melo (1750-1777) – historicamente associado ao reformismo ilustrado português – resultou na implementação de um conjunto de políticas concebidas, fundamentalmente, sob o prisma do binômio *Reformismo-Pedagogismo* (SILVA, 2006, 29-85).

Nas reflexões que seguem, pretende-se tecer algumas correlações entre o perfil assumido pela *ilustração portuguesa*, desde meados do Setecentos, o tratamento dispensado por seus protagonistas às *questões de método* e a forma como estas articulam-se a uma dada *concepção da História* que, de disciplina subsidiária ao ramo da Filosofia, vai assumindo papel crucial na tarefa imposta à geração seguinte ao consulado pombalino: aquela que primava pelo aprendizado com o passado, na tentativa de reverter os males atravessados por Portugal e salvaguardar a integridade imperial (SILVA, 2006). Em termos políticos, um exercício que refletia a própria dependência da autoridade política em relação à *tradição*, implicando que esta não poderia “sobreviver segura”, sem um passado que a projetasse no futuro. Particularmente, fixaremos os escritos de José Bonifácio de Andrada e Silva que melhor nos informam sobre a operacionalidade da *atitude eclética e articuladora* na elaboração do conhecimento sobre o passado,

---

*Ciências, das Artes e dos Ofícios, por uma Sociedade de Letrados.* (Ed. bilíngue), São Paulo: Editora Unesp, 1989).

num momento em que os tempos do Império e da Monarquia já eram outros.

### **Ilustração, Ecletismo e o lugar da História no pensamento ilustrado português**

Os primeiros sintomas de uma “crise mental” no Portugal setecentista (CIDADE, 2005), acenando com as possibilidades da inovação cultural e intelectual em relação a uma epistemologia de base peripatética, fizeram-se sentir desde o final do século XVII, nas idéias e projetos preconizados por aqueles intelectuais que, direta ou indiretamente engajados na estrutura administrativa do Estado, e quase sempre de forma clandestina, foram responsáveis pela inauguração no Reino do cientificismo e da filosofia de cariz cartesiano, gassendista, ou galilaico-newtoniano (SILVA DIAS, 1972, 5). Mas, o verdadeiro avanço neste sentido viria com os intelectuais e estadistas das décadas seguintes, destacando-se a atuação daqueles que mais direta e proximamente influíram nas questões posteriormente perseguidas pelo governo pombalino: D. Luís da Cunha (1662-1749), Luís Antônio Verney (1713-1792) e Antônio Ribeiro Sanches (1699-1783), a cujas atividades viria juntar-se a da Congregação do Oratório, dedicada, desde finais do Seiscentos, à reforma do ensino público no país, sob orientação cartesiana (SILVA, 2006, 36-49). Reclamando a condição de difusores da cultura estrangeira e das técnicas do tempo, adiantando propostas norteadas pela ótica da necessidade de uma reforma global da sociedade lusitana, à luz do processo europeu (MARTINS, 1965, 123-25), estes indivíduos foram unânimes em identificar o *atraso cultural* do Reino como o principal obstáculo a ser superado no processo de inversão de sua *decadência econômica*, apontando como causa destes e de vários outros “males” que afligiam Portugal: a *hegemonia ideológica da escolástica*, longamente exercida sobre a cultura castiça, e a *ingerência econômica inglesa* no país.<sup>3</sup>

Longe de representar um traço pejorativo da ilustração portuguesa, o procedimento comparativo com outros países europeus revela-se afinado ao próprio espírito das Luzes, no âmbito do qual se assistiu a valorização da “qualidade de estrangeiro, isto é, observar o seu próprio país com olhos de estrangeiro”, sendo este um ponto de vista defendido tanto por Voltaire, em *L’Ingenu*, quanto por Montesquieu, em *Lettres persanes* (MARTINS, 1965, 124). Além disso, cabe assinalar a contemporaneidade das primeiras obras ilustradas cunhadas em Portugal, com aquelas dos literatos franceses – destacando-se a própria colaboração de Ribeiro Sanches na elaboração da *Encyclopédie*, editada por d’Alembert e Diderot (LEMOS, 1911, 152), desautorizando qualquer suposta noção de defasagem ou isolamento das Luzes em solo luso. Entretanto, esta

<sup>3</sup> Como documentos expressivos destes primeiros diagnósticos ilustrados sobre o Reino, ver: D. Luís da Cunha. *Testamento Político*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1976, p. XV; Luis Antônio Verney. *O Verdadeiro Método de Estudar para ser Útil à República e à Igreja: proporcionado ao estilo e necessidade de Portuga*. Valença: Officina de Antonio Balle, 1746, 2 tomos; Antônio Nunes Riberiro Sanches, *Cartas sobre a educação da Mocidade*. Porto: ed. Domingos Barreira, s.d., pp. 106-107. (Obra microfilmada, localizada na Seção de Leitura Geral da BNL).

foi uma ideia formulada na época – seguramente com propósitos políticos e ideológicos –, tendo fôlego suficiente para legitimar as reformas encetadas por Sebastião José de Carvalho e Melo, desde 1750.

A exemplo de outros intelectuais e estadistas portugueses, sua longa carreira diplomática junto às Cortes de Londres e Viena permitiu-lhe conhecer e avaliar a situação de Portugal a partir da comparação com outros países europeus. Encarregado das obras de reconstrução de Lisboa, a partir de 1755 (MAXWELL, 1996, 4), pode lapidar as noções do *atraso cultural* de Portugal em relação às potências européias e da existência de uma *decadência econômica* pautada, em grande medida, na prejudicial aliança anglo-lusitana, origem, segundo ele, de uma “escravidão natural” que ocorre sempre em relação àqueles “que nos sustentam”. (“Discurso político de 1755”, in **Memórias Secretíssimas**, s.d., 138-189).

Desenvolvendo uma visão global e articulada das múltiplas questões que afligiam o Reino – uma visão “*sistêmica*”, segundo o próprio autor – estabelecia uma direta relação entre *decadência econômica*, *dependência política* e a *falta de arejamento mental* do Reino, imputada predominantemente à *hegemonia ideológica eclesiástica*, a qual, acreditava, barrava tanto o nascimento de “grandes reformadores” – pois não se pode “formar jamais homens de Estado, em um reino onde as ciências estão banidas, e onde não se sai a viajar” – como as próprias obras destes, caso viessem a surgir, não frutificariam, pois deveriam “ter precedido outras luzes às suas” (Idem, 188). Derivava daí uma particular *preocupação pedagógica*, pautada na crítica central aos jesuítas: *a questão do método de ensino* longamente mantido pela Companhia de Jesus, assentado na “prevalência da filosofia peripatética”; no “descaso ao estudo do grego e latim”; na “desordem do conteúdo ensinado nas cadeiras universitárias”; na “falta de disciplinas subsidiárias e na fragmentação do conhecimento”, assim como na “ausência do ecletismo” (CARVALHO, 2008, 52).

É sobretudo no *Compêndio Histórico do Estado da Universidade*, elaborado pela *Junta de Providência Literária*, criada em 23 de Dezembro de 1770 com o objetivo de examinar o estado da Universidade de Coimbra e servir de base para a redação de seus *Novos Estatutos*, que estas reflexões se encontram sistematizadas, esgarçando uma metodologia afinada à preconizada pelas Luzes. Analisando os meios através dos quais os inicianos apossaram-se da Universidade, reclamava a falta de uma orientação *prática* aos estudantes, sufocada pelo emprego de raciocínios e procedimentos especulativos, inibidores tanto da *erudição* – requisito para a interpretação dos textos antigos – quanto da *experimentação* e, portanto, do empiricismo das Luzes, concluindo pela impossibilidade de se aproveitar nos velhos *Estatutos*, em vigor desde 1598, “cousa alguma [...] para objeto da reforma” (*Compêndio*, 1771, IX-X). Para os propósitos deste texto, interessa salientar o perfil das críticas concernentes a duas lacunas centrais, acusadas pela Junta de Providência: a ausência das *disciplinas subsidiárias* e do *ecletismo*.

No primeiro caso, a ênfase recaía sobre as disciplinas ligadas às humanidades e à filosofia, entre as quais se reclamava um profundo entrosamento, supostamente negligenciado pelos inicianos,<sup>4</sup> concebendo-se a História “como o principal subsídio para a formação dos estudantes”, necessária à compreensão diacrônica dos autores, obras e ideias, sempre de forma contextualizada, afastando os riscos do anacronismo, proveniente de doutores “cheios das cousas do Século” (CARVALHO, 2008, 56). Além da centralidade, registrava-se o esforço pela *laicização* deste campo do saber: uma noção de “história” enquanto “categoria una e abrangente” a qual aparece como “indicativa de um processo de unificação do passado em torno de uma referência única [...], além de implicar consenso em torno da prevalência da história profana à história sagrada” (ARAUJO & PIMENTA, 2009, 119-120). Assim, atacando a união promovida pela escolástica entre Filosofia e Teologia, preservava-se o lugar de destaque das questões de ordem religiosa, dotando-lhes, porém, de fundamentos mais consistentes, atribuídos ao estudo das *línguas eruditas* e da *história*, articulados ao da Sagrada Escritura.

Atreladas à legitimação conferida ao conhecimento histórico, as reformas do ensino introduziram o *método eclético* na Universidade de Coimbra, partindo da crítica à concepção dedutiva dos inicianos que, além de afastar os estudantes das fontes originais, submetia-os sempre às glosas, disputas, opiniões e padrões interpretativos baseados em certos autores e no “filtro” dos mestres, aprofundando ainda mais a tendência à falta de senso crítico, absorção fragmentária e descontextualizada dos conteúdos (CARVALHO, 2008, 57). Para reverter tal situação, apregoava-se a “união de todas as referidas noções”, da qual “nasceu o estudo livre e Eclético, que aproveitando judiciosamente, é o melhor e mais conforme a verdade, do que se tem pensado e escrito; tem elevado as Ciências à perfeição, em que hoje se acham; tendo-se geralmente reconhecido, que a mesma união de noções Históricas é o melhor instrumento da erudição mais segura, e sólida” (Idem, 58). Uma concepção metodológica perfeitamente afinada às concepções veiculadas no âmbito da República das Letras, com base na qual se procedeu à elaboração dos *Novos Estatutos da Universidade* que, em 28 de agosto de 1772, recebiam licença para serem implementados em substituição aos velhos. (*Estatutos da Universidade de Coimbra*, 1773).

80

### **José Bonifácio: uma forma eclética de se aprender com a História?**

Desde a morte do rei José I e do afastamento do Marquês de Pombal do poder, em 1777, instaura-se no mundo luso-brasileiro um “novo estado de coisas” (NOVAIS, 1986, 3-4), ritmado pela aceleração da *crise* do Antigo Regime

<sup>4</sup> Tal concepção espelha a própria noção dos Enciclopedistas, acerca da *disposição e organicidade entre os diversos ramos do saber*. Percorrendo a “árvore do conhecimento”, representada tipograficamente por Diderot e D’Alembert sob a forma de um diagrama, percebe-se o mesmo destaque conferido à *Filosofia*, indicando que a razão passava a ser encarada como a via privilegiada de acesso ao mundo do conhecimento (DARTON, 1986: 272-73).

português. Se no âmbito imperial é deflagrada a “crise do sistema colonial”, internamente ao Reino afloram tensões tipicamente estamentais (DINIZ-SILVA, 1979), agora desvencilhadas da ação repressora do ministro josefino e convivendo com a fermentação das ideias ilustradas. Conforme o “Discurso Preliminar” *das Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, fundada no ano de 1779 e tornada um dos principais centros de arregimentação da intelectualidade luso-brasileira formada em Coimbra, tratava-se, desde então, de engendrar soluções que permitissem o aproveitamento de “vantagens” supostamente naturais do Reino e suas conquistas, para fazer finalmente vingar “a esta Monarquia um alto grau de riqueza, e poder [...]” (“Discurso Preliminar”, *in Memórias Econômicas*, 1789, vol. 1), o que tornava as *questões de método* prerrogativa essencial para os homens que, desde então, empenharam-se na tarefa de “emendar o velho reino”.

No cerne destas reflexões, despontava a ênfase na História Natural, a qual permitiu um “novo padrão de controle humano sobre o seu ambiente” (CAVALCANTE, 1998, 115-126), concebida como “a única ciência que tais luzes pode dar”, já que as “artes todas não são mais do que uma aplicação do conhecimento da natureza às nossas precisões, e utilidades”. (“Discurso Preliminar”, *in Memórias Econômicas*, 1789, vol. 1). Aliado à atitude pragmática e ao evidente acento conferido ao cientificismo das Luzes, os intelectuais da Academia revelaram um articulado de princípios e teorias os quais, longe de indicarem uma tendência indefinida, revelaram uma atualização do *método eclético*, voltado ao apontamento de respostas específicas a problemas variados, atestadores da genérica noção de decadência. Tal método era descrito pelo naturalista italiano Domingos Vandelli – um dos mais ilustres sócios da Academia – ao recomendar que: “todos os ramos da Economia Civil, para que seja útil ao Reino, devem ser regulados por princípios de uma boa Aritmética Política; assim não se devem seguir sistemas, sem antes examiná-los e confrontá-los com as atuais circunstâncias da nação” (*apud* NOVAIS, 1994, 108-109).

Se a tentativa de submeter o território português a novos padrões de racionalização teve como um de seus objetos centrais o *espaço*, as transformações em curso informaram também, alterações qualitativas nas percepções e representações do próprio *tempo histórico*. Assim, embora se desenhasse um futuro em tudo remissivo e devedor da história portuguesa – uma história e um passado que encontravam, do ponto de vista filosófico e prático, a sua possibilidade de existência através de uma noção do espaço por excelência (a do *sistema luso-brasileiro*) – o resgate do passado como parâmetro de orientação do presente e projeção do futuro passava a exigir procedimentos de crítica e exame da veracidade das fontes, tornando a História “uma forma privilegiada de experiência política” e, por conseqüência, elemento essencial do saber, ou da educação dos agentes da ação política” (CURTO, 1988, 29-30).

Do ponto de vista metodológico, portanto, o rastreamento do passado nacional para efeitos de constatação e extração de regras a serem adotadas na

vida política e social – fundado na concepção clássica de História como “mestra da vida” e reproduzida na máxima de que o “conhecimento do que a Nação é, e do que pode ser, pelo que já tem sido, é dos mais úteis para sua felicidade” (“Discurso Preliminar”, in *Memórias Econômicas*, 1789, vol. 1) – além de conferir novo impulso legitimador à História e soterrar definitivamente a preponderância da história sagrada por uma *história filosófica e pragmática*, já não se assentava num mero “cortejo caótico de fatos”, mas, passava a submeter-se a “novas exigências documentais, estéticas e filosóficas” (ARAÚJO & PIMENTA, 2009, 131), conforme expresso nos escritos de José Bonifácio de Andrada e Silva.

\*

Bacharel pelas recém-reformadas Faculdades de Leis e Filosofia de Coimbra, entre 1783-1789, e engajado como sócio-correspondente da Academia de Lisboa neste último ano – instituição da qual se tornaria secretário, em 1812 – era como “filósofo, isto é, constante indagador da verdadeira e útil sabedoria” (SILVA, 1999) que José Bonifácio reconhecia-se, revelando, desde cedo, uma predileção pelo *método eclético*, concebendo sua própria experiência de “estrangeiramento” – durante uma excursão científica que durara de 1791 a 1800, por diversos países europeus – como profícua, no sentido de estimular o pensamento. Acreditava ele:

nascendo a reflexão de comparar ideias, quem as não tem, não as pode comparar; (...) sem muitos objetos não há relação recíproca, e sem esta nenhum juízo; sem juízos nenhuma enunciação ou perfeição e abundância de elocução (...). (“Notas sobre a Gramática portuguesa e índios brasileiros”, s.d: lata 192, doc 51).

Da mesma forma, compartilhando do diagnóstico decadentista sobre o Reino, preocupava-se particularmente com os estudos de *História*, a qual, embora ainda dotada da conotação clássica de *exemplaridade*, já rompia com o papel de disciplina subsidiária das demais ciências, assumindo centralidade e estatuto de cientificidade, acreditando não bastar no seu estudo recolher aqueles documentos e manuscritos que dizem imediatamente respeito às ações e acontecimentos políticos e civis dos Portugueses”, devendo-se “também coligir e ponderar as notícias biográficas, que nos pintam o caráter particular dos grandes homens de cada século, pois cada um deles, nascendo em tempo próprio, influi muito na sorte dos Estados e até na felicidade geral da nossa espécie” (“Discurso Histórico”, 1819, VI-VII).

Desse modo, *erudição* e *pragmatismo* fundiam-se numa concepção de História tal qual fundada pela Academia de Lisboa. Uma visão e procedimentos que, a despeito de frisarem a restauração de uma “cultura portuguesa” – e, com ela, de um passado glorioso – denunciava uma “concepção cosmopolita da história”, que apregoava a possibilidade de se aprender não só com a leitura dos clássicos lusitanos, mas com a “história das Nações vizinhas, mais ou menos poderosas e alumiadas (...)” (Idem). Afinal, compartilhando da crença



na existência da República das Letras como “força trans-histórica” (ARAÚJO & PIMENTA: 2009), afiançava que “o Verdadeiro e o Útil não têm pátria; pertencem a todas as Nações, pertencem ao Universo inteiro”. (“Discurso”, 1812).

Mas, era na elaboração de uma dada *visão sobre os problemas que afligiam o Império*, que José Bonifácio lapidava sua concepção de História erudita e pragmática, referida sempre pela ideia de que

somente com o pleno conhecimento dos Diplomas e notícias antigas e modernas de todo o gênero, é que poderemos traçar as causas que animaram e desenvolveram, ou que abateram e diminuíram a nossa prosperidade política e literária. (“Discurso Histórico”, 1818)

Neste sentido, refletia sobre os *métodos* próprios à disciplina, dissertando sobre os *diferentes tipos de história*, sobre as fontes próprias a cada uma delas, sobre a necessidade da crítica, ao utilizá-las como base do conhecimento, bem como louvando a atividade da Academia Real das Ciências de Lisboa, no processo de compilação de “Diplomas e Manuscritos, ainda sepultados no pó das Livrarias e Cartórios” do Reino. Guiado por esta convicção, conduzia suas leituras das inúmeras obras acerca da História do Reino e suas Conquistas, bem como da História de outros países, extraíndo ideias que reforçavam seu diagnóstico sobre as causas da decadência econômica do Reino (SILVA, 2003). Interessado particularmente na questão das Conquistas e, ferrenho crítico do modo como se deu o aproveitamento destas e dos fatores que levaram às suas perdas, condenava o “sistema dos descobrimentos”, apoiando-se na obra de Duarte Ribeiro *a respeito do Brasil e Decadência do Reino de Portugal*, concluindo que

as “Colônias e os descobrimentos [...] não são a causa da despopulação do Reino, porque, comumente falando, não sai da pátria para viverem nas alheias quem tem subsistência certa nas próprias” (“Comentários”, s.d, lata 112, doc 66).

Articulada, essa sucessão de acontecimentos fundava a ideia do reino decadente, contraposto às perspectivas distintas que se desenhavam para a porção americana do Império. Crença esta reforçada por suas leituras dos relatos de *viajantes* e *naturalistas* que percorreram as regiões ultramarinas (SILVA, 2003, 122), pelos escritos dos padres jesuítas, não dispensando ainda as valiosas informações estatísticas contidas nas correspondências dos administradores coloniais (“*Notas sobre a Alfândega de Santos*”, s.d, lata 192, doc 21).

Assessorado por estas diversas fontes, o próprio Andrada dedicava-se à redação de inúmeras *Notas, Pensamentos e Memórias*, que descreviam fielmente a natureza brasileira, seu potencial econômico, aspectos de sua demografia e comércio (SILVA, 2003). Todos estes elementos embasavam sua *visão acerca do caráter dos brasileiros* – segundo ele, “Ignorantes por falta de instrução, mas cheios de talento por natureza; de imaginação brilhante e por isso amigos de novidades que prometem perfeição e enobrecimento”, indicando virem a ser

“os Atenienses da América, se não forem comprimidos e tiranizados pelo Despotismo” (“*Caráter Geral dos Brasileiros*”, s.d., lata 192, doc 22) – e *do Brasil* que, desde cedo, despontava como a porção privilegiada do Império.

Nestes escritos, portanto, embora a “história do Brasil” ainda não fosse concebida como unidade autônoma em relação à “história de Portugal”, esgarçavam-se os limites do programa histórico da Academia, fundado na noção de *restauração* do passado de glória da cultura e da Monarquia portuguesas e de uma completa *reciprocidade de interesses* entre as porções imperiais. Em contraposição, firmava-se não só a crença nas singularidades das partes – concluindo que a “história também mostra que as revoluções e destinos das Nações dependem em parte do torrão e clima, e em parte da Constituição do Estado, da religião, dos usos e costumes, e das ciências e artes, que tanto influem na riqueza ou na miséria dos povos” (“*Discurso Preliminar*”, 1789, vol. 1), como no potencial *regenerativo* resguardado pelo Novo Mundo, único supostamente capaz de imprimir novas energias ao velho e decadente Portugal, comparado a “uma estrela errante que brilhou por um instante e apagou-se para sempre”. (“*Apontamentos*”, 1817, doc. 89).

\*

Desde 1808, a transferência da Corte para o Rio de Janeiro imporia inflexões decisivas ao projeto ilustrado andradino para o conjunto do Império. Para nossos interesses, cabe apenas frisar que este acontecimento de vastas proporções no mundo luso-brasileiro (SILVA, 2006) alterara, qualitativamente, a representação do tempo-espço da modernidade portuguesa. Desde então, esta se tornava tributária da concretude assumida pela *especificidade brasílica* – alçada a nova dignidade histórica no conjunto do Império – e de uma percepção que atribuía ao *presente* “funções de fundação mítica, capaz de orientar o olhar para o futuro em um momento carregado de incertezas” (ARAÚJO & PIMENTA, 2009, 127). Uma convicção sustentada pela *erudição* – especialmente, pelas narrativas ilustradas veiculadas naquele contexto, com destaque para as obras de De Pradt e Raynal –, por uma *consciência temporal*, que cada vez mais distinguia e diferenciava a experiência histórica dos portugueses dos dois hemisférios, e por uma *forma eclética* e *articuladora* de se aprender com o passado, a qual preservou não apenas o estatuto de “atitude filosófica” (SILVA-DIAS, 1972: 5), como permaneceu no cerne de um padrão *metodológico* e de *apropriação de fontes* submetido ao crivo da crítica, da razão e das necessidades políticas do momento, esgarçando uma *forma eclética de se aprender com o passado e projetar o futuro*.

## Bibliografia

### FONTES

*Enciclopédia ou Dicionário Raciocinado das Ciências, das Artes e dos Ofícios, por uma Sociedade de Letrados.* (Ed. bilíngue), São Paulo: Editora Unesp, 1989.

*Memórias da Academia das Ciências de Lisboa.*(continuação da nova série da história da Academia de Ciências de Lisboa). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa - MCMXLI, s.d., tomo IV.

*Notas sobre a Gramática portuguesa e índios brasileiros*". (IHGB, Coleção José Bonifácio, lata 192, doc 51).

### Fontes de José Bonifácio

"Discurso contendo a História da Academia Real das Ciências, desde 25 de Junho de 1812, até 24 de Junho de 1813, por José Bonifácio de Andrada e Silva", in: Edgard de Cerqueira Falcão, op. cit., vol. I, pp. 136-137.

"Discurso Histórico recitado na Sessão pública de 24 de Junho de 1818, pelo Secretário José Bonifácio de Andrada e Silva", in: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, t. VI, parte I, Typ. da mesma Academia, 1819, pp. IV-V. (BNRJ, Seção de Obras Raras, 17A, 6, 38.

"*Discurso Histórico recitado na Sessão pública de 24 de Junho de 1818.* (BNRJ/OR, 17<sup>A</sup>, 6,38). t

"*Notas Históricas*". (IHGB, Col. José Bonifácio, lata 191, doc 55).

"*Notas Sobre Portugal.* (IHGB, Col. José Bonifácio, lata 192, doc 27).

"*Notas Históricas*". (IHGB, Col. José Bonifácio, lata 191, doc 55).

"*Comentários sobre o trabalho de Duarte Ribeiro de Macedo a respeito do Brasil e Decadência do Reino de Portugal*". (IHGB, Col. José Bonifácio, lata 192, doc 66).

"*Extratos da História Geral das Viagens de La Harpe, tomo 13*", s.d. (IHGB, Lata 192, doc 44).

"*Notas do Aperçu d'un voyage dans l'intérieur du Brésil*", de Auguste Saint-Hilaire, s.d. (IHGB, Col. José Bonifácio, lata 191, doc 28).

"*Voyages dans la partie septentrionale du Brésil*"I, de Henri Koster, 1818. (IHGB, Col. José Bonifácio, lata 191, doc 30).

"*Notas sobre Filosofia, viagens e notas filológicas*". (IHGB, Col. José Bonifácio, lata 192, doc 17)

"*Caráter Geral dos Brasileiros*", s.d. (IHGB, Col. José Bonifácio, lata 192, doc 22).

« Apontamentos extraídos da obra *Des colonies et la révolution actuelle de l'Amérique*”, de De Pradt, 1817”. (MP. Col. José Bonifácio, doc. 89).

## Livros e teses

ARAÚJO, Valdei Lopes & PIMENTA, João Paulo Garrido, "História", in: *JÚNIOR, João Feres (Org.). Léxico da História dos Conceitos políticos dos Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009, pp. 12-140,

BRAGA, Teófilo. **História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a Instrução Pública Portuguesa**. Tomo III, Lisboa: Typ. da Academia Real das Sciencias, 1898.

CALAFATE, Pedro. **História do pensamento filosófico português: as Luzes**. Editorial Caminho, 2001, v. 3

\_\_\_\_\_. **A idéia de natureza no século XVIII**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994.

CARVALHO, Flávio Rey de. **Um iluminismo português? A reforma da Universidade de Coimbra (1772)**. São Paulo: Annablume, 2008.

CAVALCANTE, Berenice o. "Ser Moderno, a propósito de uma Tradição", in **Absolutamente Moderno**, 2000, Rio de Janeiro. Semeiar. Cátedra Pe. Antonio Vieira de Estudos Portugueses. Lisboa, Rio de Janeiro : Instituto Camões- PUC-Rio, 1998. v. 4. p. 115-126.

CIDADE, Hernâni. **Portugal Histórico-Cultural**. Lisboa: Arcádia, 1972.

CURTO, Diogo R. **O discurso político em Portugal (1600-1650)**. Lisboa; Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, 1988.

DARNTON, Robert. "Os Filósofos podam a árvore do conhecimento: a estratégia epistemológica da *Encyclopédie*. In \_\_\_\_\_ **O Grande massacre dos gatos e outros Espisódios da História Cultural Francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DIAS, J. S. da Silva. "O ecletismo em Portugal no século XVIII. Gênese e destino de uma atitude filosófica", **Revista Portuguesa de Pedagogia**, ano VI, 1972, pp. 3-22.

DINIZ-SILVA, Andrèe Mansuy, "Groupes de pression et de décision dans la politique brésilienne du Portugal entre 1750 et 1808", **Revue Française d'Histoire d'Outre-Mer**. Paris, t. 67, n. 244/245, 1979.

DOMINGUES, Francisco Contente. **Ilustração e Catolicismo**. *Teodoro de Almeida*. Lisboa: Edições Colibri, s.d.

- FALCON, Francisco J.C. *Iluminismo*. São Paulo: Ática, 1986.
- \_\_\_\_\_. **Despotismo Esclarecido**. Série Princípios, São Paulo: Ática, 1986.
- GAY Peter. **The Enlightenment: an interpretation – The Science of Freedom**. 2 vols, N.Y./ London: W. W. Norton & Company, 1969.
- HAZARD, Paul. **O Pensamento Europeu no Século XVIII (De Montesquieu a Lessing)**. Lisboa: Ed. Presença, s.d.
- ISRAEL, Jonathan. **Iluminismo Radical: a filosofia e a construção da modernidade 1650-1750**. Ed. Madras, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Enlightenment contested: philosophy, modernity, and the emancipation of man (1670-1752)**. New York: Oxford University Press, 2006.
- LEMOS, Maximiliano. **Ribeiro Sanches. A sua vida e a sua obra**. Porto: Eduardo Tavares Martins Editor, 1911.
- NOVAIS, Fernando Antônio. "O Reformismo Ilustrado luso-brasileiro: Alguns Aspectos", **RBH**, n. 7, São Paulo, março de 1994, pp. 105-117.
- \_\_\_\_\_. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo, HUCITEC, 1986.
- OUTRAM, Dorinda. "What is Enlightenment?". In **The Enlightenment: new approaches tor european history**. Cambridge University Press, 1995, pp. 1-13.
- SERRÃO, Joel (dir.). **Dicionário de História de Portugal**. Lisboa: Iniciativa Editoriais, 1965, vol. 2
- SILVA, Ana Rosa Cloclet da. **Inventando a Nação. Intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros a crise do Antigo Regime Português (1750-1822)**. São PAULO: Hucitec, 2006.
- \_\_\_\_\_. "A História na História de José Bonifácio- Fundamentos de um projeto nacional". **Varia História**. Belo Horizonte: UFMG: Dept. de História, n. 29, jan/2003, pp. 115-125.
- \_\_\_\_\_. **Construção da Nação e Escravidão no pensamento de José Bonifácio (1783-1823)**. Campinas: Ed. Unicamp/Centro de Memória, 1999.